

# Reduzir o custo, não reescalonar a dívida

Luiz Carlos Pereira  
de Carvalho (\*)



**Na próxima rodada de renegociação da dívida externa brasileira, o País se apresentará com um perfil bem mais favorável do que nas vezes anteriores. Embora o resultado conseguido tenha sido apoiado em uma política interna recessiva, representando um elevado custo social a toda coletividade, as metas consideradas no acordo com o Fundo Monetário Internacional, exceção feita ao controle da expansão monetária, foram cumpridas, algumas até com relativa folga. O quadro revelado pelo resultado obtido comprova a capacidade do País de saldar sua dívida externa. Se for possível manter um incremento das exportações da ordem de 10 a 15% e imple-**

**mentar um crescimento mais firme à economia, a situação futura poderá apresentar-se de maneira menos penosa. E evidente que o crescimento das exportações dependerá da tendência de comportamento do comércio exterior, o que, por sua vez, está intimamente ligado ao desempenho da economia dos países desenvolvidos, como Estados Unidos e países europeus, principalmente esses últimos, que poderão absorver pelo menos parte de uma eventual redução de demanda americana de importações.**

**Assim, é de fundamental importância a estratégia a ser considerada na próxima renegociação brasileira. Talvez não seja interessante ficar muito preso ao esquema acertado com o México. Certamente a "performance" apresentada pelo Brasil não fica atrás da obtida pelo México. Todavia não está perfeitamente garantido que se consigam condições mais**

SET 1984

**favoráveis ou até mesmo idênticas às acertadas no acordo com aquele país. Além do mais, é importante destacar que há nítidas diferenças entre os interesses dos dois países. A prioridade mexicana foi garantir o reescalonamento da dívida a vencer, enquanto a brasileira é reduzir o custo da sua dívida.**

**Para o Brasil, o importante é fazer que os credores internacionais entendam que o fundamental a partir de agora é o crescimento mais acelerado da economia brasileira. Os últimos dados fornecidos pela Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) revelam que, no período compreendido entre os anos de 1981 e 1983, a renda média da população caiu, em termos reais, 14,4%. Esse dado é um alarmante indicador do nível de empobrecimento atingido pelo País recentemente.**

**Assim, a garantia desse crescimento é básico para**

**minorar os sacrifícios sociais suportados e em nada prejudicará os futuros mecanismos de pagamento da dívida externa. Dessa forma, ao lado da obtenção de menores "spreads", deve ser reforçada com intransigência a importância da reserva de maior parcela de recursos para a retomada do crescimento econômico. Em consequência, é preponderante a exigência de maiores prazos para o pagamento da dívida a fim de garantir a existência de espaço para esse crescimento.**

**Contudo, as últimas medidas baixadas pelo Conselho Monetário Nacional não revelaram um comportamento mais flexível com relação à hipótese de crescimento econômico pelo menos até o fim do ano. A nítida preocupação do governo em cumprir a meta de expansão de 9,5% da base monetária até dezembro próximo provocará um sério aperto monetário e certamente alta nas taxas de**

**juros. Assim, o aperto de liquidez, aumentando as dificuldades de investimentos das empresas, repercutirá no ritmo de crescimento da economia.**

**De qualquer forma, a opção pelo crescimento econômico é fundamental e certamente terá de ser a meta prioritária para 1985. Desse modo, o governo brasileiro terá de considerar uma série de medidas de política interna relacionadas com essa prioridade. Destacam-se entre elas uma rigorosa atenção para o comportamento das taxas de juros, a fim de que se possa implementar com êxito uma política de investimentos que permita o crescimento da produção e do emprego, e um severo empenho na luta contra a inflação, sem dúvida um fator extremamente restritivo à retomada do crescimento econômico.**

**(\*) Professor adjunto de Economia da USP e economista do Banco do Brasil.**